

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16035 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A Educação Pública Gaúcha: Autonomia Controlada

Geovana Rosa Affeldt - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Elisabete Zardo Búrigo - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A EDUCAÇÃO PÚBLICA GAÚCHA: AUTONOMIA CONTROLADA

Resumo: Este artigo trata do *modus operandi* utilizado pela Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul (Seduc-RS) na implementação do Novo Ensino Médio (NEM) em uma Escola Estadual da região metropolitana de Porto Alegre. Essa implementação foi caracterizada por readequações decididas pela mantenedora e impostas às escolas, que reduziram o quadro de professores e funcionários, modificaram as matrizes curriculares e estabeleceram uma flexibilização forçada aos profissionais que atuam na escola. Estabeleceram-se relações cada vez mais fragilizadas em termos de garantias trabalhistas, de valorização da formação docente e da autonomia da escola com uma desconsideração de documentos que deveriam ser os norteadores das ações como o Projeto Político Pedagógico (PPP). As práticas de gestão utilizadas para nortear as ações do NEM desrespeitam os princípios da gestão democrática e caracterizam um autoritarismo gerencialista articulado à mobilização de noções de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, inspiradas em teorias administrativas de cunho neoliberal, com uma crescente precarização do ambiente de trabalho e acúmulo de funções que criam a ideia de fracasso da educação pública.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, autoritarismo gerencialista, docência, privatização.

Introdução

A pesquisa realizada teve como objetivo principal acompanhar a atuação do Ensino Médio Gaúcho no âmbito de uma escola, trazendo uma visão de dentro da instituição e estudando as ações da mantenedora para implementar o NEM com suas normativas, adequações curriculares e de organização do trabalho docente.

As mudanças impostas pela mantenedora, envolvendo redução de custos em detrimento das necessidades pedagógicas, têm se tornado comuns e mais intensas a cada ano.

Ao mesmo tempo, a lógica gerencialista responsabiliza as escolas por criar estratégias capazes de fazer acontecer as mudanças curriculares conforme as normativas impostas.

Metodologia

A pesquisa buscou compreender a atuação dos professores na reforma curricular trazida pelo Novo Ensino Médio, conforme propõem Ball, Maguire e Braun (2021). Para compreender os pontos de vista dos docentes, entretanto, foi necessário dar atenção às determinações da Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul (Seduc-RS) e ao modelo de gestão que foi se revelando por meio delas.

A discussão aqui apresentada está apoiada: nas normativas enviadas pela Seduc-RS, que incluem as matrizes curriculares impostas às escolas e as orientações para procedimentos obrigatórios como a Feira das Trilhas; no levantamento de dados do quadro de pessoal da escola dos anos de 2016 até 2023 e da tabela utilizada como parâmetro para organização dos Recursos Humanos da escola (RH).

A redução de custos como projeto para a educação

Em agosto de 2023 a Escola referida nesta pesquisa tinha 850 alunos matriculados, sendo 500 no Ensino Médio, 300 do Ensino Fundamental e 50 do Ensino Técnico Subsequente e contava com 68 profissionais, incluídos nesse número professores e funcionários contratados e efetivos.

Quadro 1 - Levantamento de professores e funcionários da Escola 2016-2023

| ANO | Nº DE ALUNOS MATRICULADOS | Nº DE PROFESSORES | Nº DE FUNCIONÁRIOS | GOVERNO RS |
|------|---------------------------|-------------------|--------------------|-------------------------|
| 2016 | 1110 | 76 | 25 | José Ivo Sartori (PMDB) |
| 2017 | 1147 | 73 | 24 | José Ivo Sartori (PMDB) |
| 2018 | 1167 | 64 | 17 | José Ivo Sartori (PMDB) |
| 2019 | 1055 | 63 | 17 | Eduardo Leite (PSDB) |
| 2020 | 851 | 58 | 15 | Eduardo Leite (PSDB) |
| 2021 | 685 | 52 | 15 | Eduardo Leite (PSDB) |

| | | | | |
|------|-----|----|----|----------------------|
| 2022 | 819 | 54 | 15 | Eduardo Leite (PSDB) |
| 2023 | 828 | 55 | 11 | Eduardo Leite (PSDB) |

Fonte: Pesquisa em livros-ponto do mês de agosto de 2016-2023 e no Sistema ISE RS.

É importante observar, conforme mostra o Quadro 1, a diminuição de professores e funcionários ao longo dos últimos oito anos, e ainda problematizar o quanto a política de recursos humanos, cada vez mais regida pela ideia de gerencialismo, com ideais da iniciativa privada, como produtividade máxima e diminuição de custos, tem afetado a oferta dos profissionais.

Cabe destacar a extinção de alguns cargos como Agente Administrativo e funções como Recursos Humanos, são professores e funcionários sem reposição conforme acontecem as aposentadorias, transferências e até falecimentos (40h em 2016, 60h em 2018, 80h em 2019, 40h em 2022). Também há restrições difíceis de atender para que a escola consiga bibliotecários, monitores para acompanhamento de alunos com necessidades especiais (apenas para necessidade muito severa e via judicial) ou desenvolvimento de qualquer projeto que necessite de recursos humanos (a escola precisa ter professor com carga horária disponível e o projeto deve ser autorizado pela Seduc-RS).

No entanto, a demanda administrativa e burocrática aumentou consideravelmente com acúmulo de funções que eram de competência da Seduc-RS ou da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e agora também são realizadas pela escola, com responsabilidade na pessoa do diretor, tais como preenchimento do Sistema de Recursos Humanos com mudanças e enquadramentos diários, e recebimento de atestados de professores e funcionários para também alimentação de outra parte do sistema utilizado para gerenciamento, chamada de Pasta Digital (PDI), que além de ser abastecida com a documentação do profissional afastado, deve ser visualizada diariamente para verificação de pendências ou chamamentos para perícias quando do afastamento por um longo tempo.

A ausência de professor itinerante/substituto, de profissionais para circular durante as aulas nos corredores, de funcionários em número suficiente para manter a higiene, preparar a alimentação e alguém para a função específica de controle de entrada e saída da escola faz com que cada trabalhador acabe assumindo uma responsabilidade a mais.

São funcionários da limpeza que monitoram o pátio, direção que recebe alunos na entrada e acompanha a saída e professores que precisam manter o controle o tempo todo sobre alunos que saem sem autorização, entram com atraso, cometem infrações ou danos ao patrimônio da escola e ainda precisam dar atenção especial e individualizada aos alunos com necessidades especiais com ou sem laudo médico, que cada vez mais têm suas matrículas garantidas na escola pública, mas não a garantia de suas necessidades especiais atendidas.

Também vivenciamos o aumento do controle absoluto das atividades da escola que obrigatoriamente precisam ser relatadas para a CRE e Seduc-RS em várias planilhas que têm prazo e que necessitam de informações muitas vezes repetitivas^[1], ocupando um tempo precioso e escasso que poderia ser utilizado para planejamento e criação de estratégias focadas na aprendizagem dos alunos.

Observa-se o foco nas provas externas, com a insistente busca pelo aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e relatos minuciosos de quais estratégias estão sendo utilizadas pela escola para tal, mas sem nenhum comprometimento da mantenedora com relação a suprir as necessidades mais básicas e elementares de uma escola como espaços adequados e profissionais para trabalhar: uma preocupação com resultados e não com o caminho a ser percorrido para se chegar a eles.

As reformas administrativas trazem uma nova regulação das políticas educacionais, estando elas regidas pelo controle com a supervalorização de avaliações externas como parâmetro de qualidade, mas sem a garantia de materialização dos direitos sociais, isentando o Estado pela execução através das terceirizações (Peroni, 2009), produtividade a baixo custo e flexibilização como característica primordial.

Os docentes são diretamente impactados por essa nova estruturação. São professores que tiveram formação em uma área do conhecimento e precisaram “flexibilizar” e trabalhar em outra área; turmas numerosas para diminuir a quantidade de profissionais e incorporação de funções se apresentam como a única alternativa possível e, por isso, sem possibilidade de questionamento autorizado, ou seja, a reestruturação e organização do quadro são apresentadas como necessidade. As normativas para organização de professores em sala de aula com seus incontestáveis 16 períodos de 50 minutos para cada 20 horas de trabalho semanais, junto com critérios para preenchimento dos setores - Critério para Provimento de RH em setores, são ações apresentadas como a maneira mais eficiente de gestão da educação.

Essa nova regulação repercute diretamente na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino. Trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que têm se assentado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico (Oliveira, 2004, p. 1130).

O Novo Ensino Médio

Em meio a tudo isso, chega a política do Novo Ensino Médio que estabelece modificações curriculares como a carga horária dos Itinerários Formativos e com eles novos componentes curriculares, requerendo mais profissionais com formação e necessidade de espaços interdisciplinares como laboratórios e alcance de internet. No entanto, o que se viveu foi a diminuição de investimentos e de recursos humanos da escola.

O Novo Ensino Médio adentrou as casas dos nossos alunos através dos anúncios na TV aberta, estilo “grandes sucessos”: “Vem aí o Novo Ensino Médio” e “O aluno agora vai poder escolher o que vai estudar”^[2]. E essas foram as primeiras informações recebidas pela grande maioria dos professores, que deveriam ser construtores da política.

Em 30 de dezembro de 2021, através do Ofício GAB/DP/Seduc Nº 01/2021, a matriz curricular do Novo Ensino Médio foi apresentada através de e-mail institucional utilizado para contato e envio de correspondências e orientações oficiais para as escolas que fazem parte da Coordenadoria Regional de Educação. A partir do documento, então, era necessário pensar a organização da escola já para os primeiros anos do Ensino Médio, para adequar as seis turmas previstas para 2022 com a redução de carga horária em componentes curriculares como Sociologia, Arte, Língua Espanhola, Educação Física e Ensino Religioso e introdução de três novos componentes curriculares: Projeto de Vida, Cultura e Tecnologias Digitais e Mundo do Trabalho.

Com essas informações, a equipe diretiva da escola passou a pensar em como articular todas essas mudanças de maneira pedagógica e criativa, levando em consideração o corpo docente já existente na escola e quais professores poderiam corresponder ao perfil indicado. Até houve a tentativa de pedido, no sistema de Informatização da Secretaria da Educação (ISE), de professores para os novos componentes curriculares, mas o pedido foi negado com a justificativa da não existência de profissionais disponíveis para a contratação nesses componentes curriculares.

Para a definição das trilhas de aprofundamento que tomariam 26,7% da carga horária dos alunos do segundo ano do Ensino Médio em 2023 e 46,7% do terceiro ano do Ensino Médio em 2024, foram estabelecidos procedimentos que obrigatoriamente precisavam acontecer e ser registrados para acompanhamento e comprovação, como as Feiras das Trilhas realizadas em 2022, onde a oferta era de 24 trilhas.

Todas as trilhas, com seus detalhamentos - componentes, ementas, carga horária - já vieram prontas da Seduc-RS e os alunos deviam escolher dentre essas opções.

Figura 1 - Descrição da Feira das Trilhas de Aprofundamento



Fonte: Rio Grande do Sul (2022).

A Feira das Trilhas, conforme a Figura 1, consistiu em um momento organizado por cada escola em que as 24 trilhas foram apresentadas aos alunos, dando ênfase a, no mínimo, cinco delas. Essa ênfase, segundo orientações da Coordenadoria de Educação, deveria consistir numa explanação que convencesse os alunos da necessidade de escolherem uma delas, tendo em vista a inviabilidade de oferecer todas. A escolha das trilhas deveria ser de responsabilidade dos professores. Após estudar a ementa de cada componente curricular integrante de cada trilha, os professores de cada área do conhecimento deveriam “vender seu peixe”, expressão comumente utilizada em vários momentos durante os encontros e formações. Estabelecendo uma espécie de disputa entre eles, que garantiria a permanência de suas áreas e componentes para o próximo ano.

A escolha dos alunos ficou limitada às condições da escola e a apenas duas trilhas no turno da manhã e uma no turno da noite devido à exigência de número mínimo de matrículas. Isto significa que as escolhas de muitos estudantes não foram respeitadas, pois apenas as duas trilhas mais votadas permaneceram ou 1 trilha no noturno.

Durante todo o processo o PPP da escola nem sequer foi citado, solicitado ou levado em consideração. Os projetos que porventura a escola tivesse ou as necessidades reais da comunidade ficaram em segundo ou terceiro plano.

O NEM tinha prioridade nos discursos de defesa, mas não nos investimentos ou respeito às escolhas e individualidades de todos os envolvidos no processo. Era necessário realizar os procedimentos, registrar através de planilhas e imagens, cumprindo os protocolos estabelecidos.

Considerações Finais

A maneira como a Seduc-RS tem conduzido a gestão das escolas, com baixíssimo investimento, diminuição gradual de recursos humanos, acúmulo de funções e utilização de

mecanismos de controle como as planilhas revelam um *modus operandi* calcado em fundamentos empresariais, com estabelecimento de metas, redução de custos e exigência de produtividade que, no caso da educação, seria demonstrada na diminuição da evasão e repetência e no aumento do índice do IDEB.

Há um autoritarismo gerencialista que responsabiliza as escolas por uma adequação inadequada e cruel, que cobra resultados sem investimentos, que estabelece metas sem que as condições para o caminho percorrido até que o alcance delas se efetivem.

E ainda procura criar um consenso sobre a ineficiência da escola pública que, como solução, precisa adotar os preceitos neoliberais de terceirização e meritocracia.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as Escolas fazem as Políticas: Atuação em Escolas Secundárias**. Ponta Grossa: URPG, 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestrutura do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PERONI, Vera Maria Vidal. Avaliação Institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 2, p. 285-300, mai./ago. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Ensino Médio Gaúcho**. Porto Alegre: 2022. Disponível em: <https://ensinomediogaucho.educacao.rs.gov.br/> . Acesso em: 01 ago. 2024.

[1] Essas planilhas muitas vezes pedem dados que já constam no sistema de Informatização do Rio Grande do Sul, o chamado ISE, tais como desempenho dos alunos e frequência.

[2] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rffon63gGBY&t=38s> .